

**PARANÁ MÍDIA PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 05.308.740/0001-03**

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Para versão digital deste balanço acesse o link:  
<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/parana-midia-participacoes-s-a-2/>BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>2022</b>		<b>2021</b>		<b>Passivo</b>	<b>2022</b>		<b>2021</b>		Em 31 de dezembro de 2020	<b>Capital social</b>	<b>Resultados acumulados</b>	<b>Total</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	29	19	Obrigações tributárias e Trabalhistas		1	1					Redução de Capital	(28.396)	-
Tributos a Recuperar	6	84	Total passivo circulante		1	1					Absorção de Prejuízos	6.946	6.946
<b>Total ativo circulante</b>	<b>35</b>	<b>104</b>	<b>Patrimônio líquido</b>								Prejuízo do exercício	-	(418)
			Capital social		678	678					Em 31 de dezembro de 2021	<b>678</b>	<b>(418)</b>
			Prejuízos acumulados		(384)	(418)					Lucro do exercício	-	34
<b>Ativo não circulante</b>			<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>294</b>	<b>260</b>					Em 31 de dezembro de 2022	<b>678</b>	<b>(384)</b>
Tributos a Recuperar	249	148											
Depósitos judiciais	9	9											
Intangível	2	2											
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>260</b>	<b>158</b>											
<b>Total do ativo</b>	<b>295</b>	<b>262</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>295</b>	<b>262</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	34	(418)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>34</b>	<b>(418)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(13)	(86)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(366)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	28	(2)
<b>Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>	<b>16</b>	<b>(454)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas Financeiras	25	36
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>25</b>	<b>36</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>40</b>	<b>(418)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	34	(418)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40	(418)
<b>Ajustes de:</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	-	366
Atualizações dos créditos tributários	-	(9)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(23)	(12)
Outros ativos	-	163
Outros passivos	(1)	(1)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	16	89
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>9</b>	<b>89</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Baixa de Investimentos	-	(1.267)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	(767)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>9</b>	<b>(678)</b>
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	29	19
Caixa e equivalente de caixa no início do período	19	698
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>9</b>	<b>(678)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Guilherme Doring da Cunha Pereira  
PresidenteMarcelo Fabiano de Souza Palombo  
Contador – CRC/PR PR-056390/0-5**RPC LAB SISTEMAS S.A. - CNPJ 09.366.594/0001-23**

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

Para versão digital deste balanço acesse o link:  
<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/rpc-lab-sistemas-s-a-2/>BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em Milhares de reais)DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	33	18	Dividendos	-	1
Clientes	6	5	Outros	24	1
Total do ativo circulante	39	23	Total do passivo circulante	24	2
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	862	863	Capital social	910	910
Imobilizado	-	11	Reserva de lucros	-	12
Intangível	27	27	Prejuízos Acumulados	(6)	-
Total do ativo não circulante	889	901	Total do patrimônio líquido	904	922
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>928</b>	<b>924</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>928</b>	<b>924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Reserva de lucros</b>		
Capital social	1.400	2
Reserva Legal	28	(22)
Reserva de Investimentos	(22)	22
Resultados acumulados	(490)	-
Total	1.408	1.408
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(42)	(42)
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(4)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	(32)	(4)
Lucro bruto	63	55
Redução de Capital Social	(490)	-
Absorção de prejuízos	(22)	22
Lucro do exercício	-	4
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(1)
Transferência entre reservas	-	(3)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>1.400</b>	<b>2</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(42)	(42)
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(4)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	(32)	(4)
Lucro bruto	63	55
Redução de Capital Social	(490)	-
Absorção de prejuízos	(22)	22
Lucro do exercício	-	4
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(1)
Transferência entre reservas	-	(3)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(12)	10
Resultado antes dos impostos	(12)	10
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6)	(6)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>



(continuação) projetada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial. A diretoria optou por revisitar o cálculo e a mensuração de valores anualmente de acordo com as correções reais a ocorrerem nos contratos relacionados. O principal contrato de arrendamento da Companhia refere-se à planta fabril localizada em Curitiba. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, que possui um intervalo de 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento** - Dos contratos que foram escopo da norma, a diretoria da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros das aluguéis fixos, nos quais consideram-se as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia cujo prazo ocorre normalmente até o vencimento do contrato quando identificado a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

**4.7 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), representadas pelas unidades operacionais da Companhia. A diretoria entende que o ágio resultante da combinação de negócios beneficia as operações da Companhia como um todo e, frente à impossibilidade da alocação de valor entre as UGCs, senão por critério arbitrário, o teste de *impairment* sobre o ágio é elaborado considerando o resultado das operações da Companhia como um todo. Os ativos não financeiros de vida útil definida (aqueles sujeitos à amortização) que também são ajustados por *impairment* são revisados anualmente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e não circulantes. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Isto ocorre em descontos comerciais condicionais, uma vez que as condições de obtenção são ultrapassadas, os valores são compensados do saldo a receber dos clientes. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos do crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**4.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**4.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferente** - Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Em 2022 e 2021, a Companhia optou pelo regime de tributação sobre o lucro real, cuja base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada sobre o lucro contábil apurado pelo regime de competência, ajustado pelas adições e deduções. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos do crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**4.13 Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituida de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia possui um plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários, incluindo empregados da Companhia, o direito de se tornarem acionistas. O valor justo dos serviços de empregado deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; exercícios durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos emitidos pela controladora são reconhecidos de forma reflexa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas, em contrapartida a despesas com remuneração de administradores. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os outros ativos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Isto ocorre em descontos comerciais condicionais, uma vez que as condições de obtenção são ultrapassadas, os valores são compensados do saldo a receber dos clientes. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos do crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**4.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**4.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferente** - Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Em 2022 e 2021, a Companhia optou pelo regime de tributação sobre o lucro real, cuja base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada sobre o lucro contábil apurado pelo regime de competência, ajustado pelas adições e deduções. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos do crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**4.13 Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituida de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia possui um plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários, incluindo empregados da Companhia, o direito de se tornarem acionistas. O valor justo dos serviços de empregado deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; exercícios durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos emitidos pela controladora são reconhecidos de forma reflexa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas, em contrapartida a despesas com remuneração de administradores. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os outros ativos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Isto ocorre em descontos comerciais condicionais, uma vez que as condições de obtenção são ultrapassadas, os valores são compensados do saldo a receber dos clientes. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável

(continuação) por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela diretoria, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 existem processos trabalhistas contra a Companhia, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Os montantes envolvidos e provisões são de R\$ 622 (2021 - R\$ 534). **Contingências possíveis** - A Companhia adotou uma estratégia tributária em relação ao pagamento de ICMS consistente com a legislação, que incentiva e reduz as alíquotas de PIS e COFINS sobre biológicos. A administração acredita que as normas infralegais sobre o tema são inconsistentes com a intenção dos legisladores e os assessores legais externos classificaram a probabilidade de perda como possível para o caso, o montante envolvido é de R\$ 3.000. A Administração entende não ser necessária a constituição de provisão. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível seguir a aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhistas ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela diretoria da Companhia. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais e da Diretoria da Companhia, todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não são conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia que implicam-se a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas. 19

#### Partes relacionadas - (a) Saldos patrimoniais

**Ativo circulante**

	2022	2021
Contas a receber de clientes		
Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i)	- 14.049	
Biotrop Participações S.A.	- 541	
Agro Bio Argentina S.A.U.	-	
<b>Total Ativo circulante</b>	<b>3.742</b>	<b>14.590</b>

#### Ativo não circulante

	2022	2021
Partes relacionadas		
Mútuo: Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i)	- 81.540	
Mútuo: Biotrop Participações S.A.	-	
<b>Total Ativo não circulante</b>	<b>4.400</b>	<b>81.540</b>

#### Passivo circulante

	2022	2021
Partes relacionadas		
Dividendos a pagar (i)	501	20.487
<b>Total Passivo circulante</b>	<b>501</b>	<b>20.487</b>

#### Passivo não circulante

	2022	2021
Partes relacionadas		
Mútuo: Biotrop Participações S.A. (ii)	10.300	-

(i) Os R\$ 20.487 correspondiam a saldos junto a sua então controladora Biotrop, os quais foram compensados em sua totalidade quando da incorporação reversa integral do patrimônio da sua controladora, conforme mencionado na Nota 1.1. (ii) Refere-se a um mútuo contraído da holding do Grupo, Biotrop S.A., sujeito a remuneração de 1% ao mês e com vencimento em 48 meses da data de assinatura do contrato, e sem incidência de encargos ou previsão de vencimento para esses empréstimos.

#### (b) Transações

**Compra de produtos**

Biotrop Soluções Biológicas Ltda.

**Receita líquida de vendas**

Vendas de produtos

Agro Bio Argentina S.A.U.

#### Despesas gerais e administrativas

Receita com serviços compartilhados

Biotrop Participações S.A.

Biotrop Soluções Biológicas Ltda.

Despesas com serviços compartilhados

Biotrop Soluções Biológicas Ltda.

#### Resultado financeiro

Receitas financeiras sobre mútuos

Biotrop Soluções Biológicas Ltda.

Despesas financeiras sobre empréstimos

Biotrop Participações S.A.

**Total**

19.1 Partes relacionadas - empresas do mesmo grupo econômico com controle pelo Fundo Aqua Capital

**2022 2021**

#### Ativo circulante

Contas a receber de clientes

Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)

Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)

Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)

VETBR Saúde Animal Ltda

Agracat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)

**Total**

19.2 Remuneração do pessoal chave da diretoria - O pessoal-chave da diretoria inclui os membros da diretoria executiva. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga foi de R\$ 5.697 (2021 - R\$ 2.307).

**20 Patrimônio líquido**

**20.1 Capital social**

- Em 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução do capital social da Companhia em R\$ 15.674 (veja Nota 1.1), mediante extinção de 4.972.894 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Após este ato, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser de R\$ 5.030 (R\$ 20.704, em 31 de dezembro de 2021), dividido em (i) 14.760.737 ações ordinárias (19.733.631 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10.000 ações preferenciais de classe "A" (10.000 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), nominati-

vas e sem valor nominal. As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais de classe "A" não terão direito a voto.

**20.2 Reserva de capital** - Representada por ágio na subscrição das ações, no âmbito do aumento de capital ocorrido em 22 de novembro de 2018, conforme faculta a alínea "a" do parágrafo 1º da Lei 6.404/76.

**20.3 Dividendos** - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito à distribuição de dividendo mínimos obrigatórios, em cada exercício social, de 5% do lucro líquido realizado, após deduzido a quota destinada a constituição da reserva legal. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou das deliberações formais dos acionistas.

**20.4 Reserva de lucros - (a) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social da Companhia ou 30% em conjunto com a reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

**(b) Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia possui benefício por meio do Convênio 100/1997 e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) do estado do Paraná, que concede as empresas do ramo agropecuário o diferimento desse imposto nas operações com determinados produtos/insumos dentro do estado do Paraná e, em operações fora do estado, a redução da base de cálculo do ICMS, reduzindo a carga fiscal efetiva sobre esses determinados produtos comercializados pela Companhia em 30% ou 60%. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas de vendas" (Nota 22), em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Pela impossibilidade de destinação como dividendo, é constituida reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício.

**(c) Reservas estatutárias** - As reservas estatutárias, quando aplicável, serão constituídas mediante a transferência de saldos de lucros acumulados remanescentes após a destinação da reserva legal, dos dividendo mínimos e de outras distribuições de lucros, limitada, em conjunto com a valor da reserva legal, ao montante do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva por orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, e/ou para investimentos, com a utilização de até 5% do lucro líquido do exercício, após as destinações supracitadas.

**(d) Reserva de lucros retidos** - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", até que haja a deliberação dos acionistas.

**20.5 Opções de pagamento baseado em ações** - Em 1 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Biotrop Participações S.A. (Biotrop S.A.), o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que permite que a Biotrop S.A. outorgue opções de compra de suas ações a administradores, empregados e prestadores de serviço da Biotrop S.A., selecionados pelo Conselho de Administração, conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Biotrop S.A. mediante cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, êxito e a consecução das atividades da Companhia; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviço com os interesses da Companhia; e, (iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia. As opções do plano de emissão pela Biotrop S.A., confere aos seus beneficiários o direito de aquisição de ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo não cumulativo em valor pré-determinado, se apurado lucro contábil. As opções são divididas em lotes e o exercício das opções está condicionado à manutenção da relação jurídica e/ou vínculo entre o beneficiário e a Companhia na totalidade do prazo de carência indicado em cada lote, conforme estabelecido no contrato de outorga da cada beneficiário. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui assinados 6 contratos de outorga de opções que contemplam o direito de compra de 1.049.339 ações, por meio de contratos individuais da Biotrop S.A. e os colaboradores do Grupo, sendo o valor desse instrumento patrimonial de R\$ 1.659, advindos da incorporação da Biotrop Soluções Biológicas Ltda. Adicionalmente, a Companhia possui outros contratos de outorga de opções que contemplam o direito de compra de ações, por meio de contratos individuais da Companhia e seus colaboradores, sendo o valor desse instrumento patrimonial de R\$ 1.131.

**21 Lucro por ação** - O lucro básico é calculado pela divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias" que possui, o lucro diluído é calculado pela divisão do lucro líquido pela quantidade de ações em circulação, conforme definição do CPC 41 - Resultado por Ação, em circulação durante o período.

**22 Receita líquida de vendas**

Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno

Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo

(+) Subvenção de impostos estaduais (i)

(-) Tributos sobre vendas

(-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes

(-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)

**23 Custos das vendas**

Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno

Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo

(+) Subvenção de impostos estaduais (i)

(-) Tributos sobre vendas

(-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes

(-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)

**24 Despesas com vendas**

Salários e encargos

Provisão para descontos (campanhas de marketing)

Serviços de terceiros (PJ)

Direitos de uso (royalties)

Provisão para devedores duvidosos

Depreciação e amortização

Amortização de IFRS 16

Despesas com veículos

Outras despesas com vendas

**25 Resultado financeiro**

Receitas financeiras

Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes

Descontos obtidos

Juros recebidos

Variação cambial (ativa)

Variação monetária

Outras receitas financeiras

Total das receitas financeiras

Despesas financeiras

Comissões e despesas bancárias

Descontos concedidos

Juros pagos ou incorridos

Debêntures

Variação cambial (passiva)

IOF

Total das despesas financeiras

**26 Despesa de imposto de renda e contribuição social**

Imposto de renda e da contribuição social

Aliquota máxima

Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:

- Despesas ineditáveis e outras, líquidas
- Subvenção governamental - ICMS
- Inovação tecnológica - "Lei do bem"

Efeito da diferença do adicional de alíquota

**27 Tributos no resultado**

Aliquota efetiva

**28 Instrumentos financeiros**

Os saldos classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela Gerência e diretoria da Companhia, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e diretoria da Companhia, sendo que a Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros.

**Ativos**

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes e outros créditos

Partes relacionadas

Ativos ao custo amortizado

**Passivos**

Fornecedores e outras contas a pagar

Passivo de arrendamento

Empréstimos e financiamentos

Partes relacionadas

Dividendos a pagar

Passivo ao custo amortizado

**Passivo de arrendamento**

**29 Ativos e passivos**

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes e outros créditos

Ativos ao custo amortizado

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela Gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos

**30.1 Ativo circulante**

Contas a receber de clientes

Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)

Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)

Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)

VETBR Saúde Animal Ltda

Agracat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)

Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)

**Total**

**30.2 Ativo não circulante**

Mútuo: Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i)

Mútuo: Biotrop Participações S.A.

**30.3 Passivo circulante**

Partes relacionadas

Dividendos a pagar (i)

**30.4 Passivo não circulante**

Mútuo: Biotrop Participações S.A. (ii)

**30.5 Passivo total**

**31.1 Resultado financeiro**

Receitas financeiras

Descontos obtidos

Juros recebidos

Variação cambial (ativa)

Variação monetária

Outras receitas financeiras

Total das receitas financeiras

Despesas financeiras

Comissões e despesas bancárias

Descontos concedidos

Juros pagos ou incorridos

Debêntures

Variação cambial (passiva)

(continuação)  
cismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles in-

ternos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos da maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 6 de abril de 2023  
PricewaterhouseCoopers Rodrigo de Camargo  
Auditores Independentes Ltda. Contador CRC 1SP219767/O-1  
CRC 2SP000160/O-5

Para versão digital deste balanço acesse: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/biotrop>

### Aviso de risco aos proprietários dos veículos

#### Gol, Voyage, Saveiro, Fox, CrossFox e SpaceFox ano/modelo 2016 a 2018

**A Volkswagen do Brasil alerta os proprietários dos veículos Gol, Voyage, Saveiro, Fox, CrossFox e SpaceFox, incluídos nos intervalos abaixo de chassis não sequenciais, quanto a uma possível falha de vedação da câmera do propelente do gerador de gás do airbag do motorista e/ou do passageiro.**

MODELO	ANO/MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
Gol	2016	GP053055 a GP517295 GT040521 a GT071227
Voyage	2016	GT040538 a GT069371
Saveiro	2016 a 2018	GP053054 a JP037924
Fox	2016 a 2018	G4015949 a J4010312
CrossFox	2016 a 2018	G4015977 a J4010310
SpaceFox	2016 a 2018	G4018641 a G4073275 GA506142 a JA511541

**Data de fabricação dos veículos:** De 2/4/2015 a 13/12/2017.

#### Componentes substituídos em garantia entre outubro de 2015 e abril de 2018:

Clientes identificados, cujos veículos tiveram o airbag do motorista e/ou airbag do passageiro (peça original VW), números de peças 5U0.880.201.AA, 5U0.880.201.AB, 5Z0.880.202.A, 5Z0.880.202.C, 5U1.880.202.D, substituídos em garantia entre outubro de 2015 e abril de 2018, aplicáveis em veículos Volkswagen Gol, Voyage, Saveiro, Fox, CrossFox e SpaceFox, modelos de 2014 a 2017.

#### Componentes de reposição adquiridos entre abril de 2017 e agosto de 2022 em Balcão (Varejo) sem identificação dos clientes:

Clientes que compraram ou substituíram os airbags frontais (peça original VW), números de peças 5U0.880.201.AA, 5U0.880.201.AB, 5Z0.880.202.C, 5U1.880.202.D entre abril de 2017 e agosto de 2022, aplicáveis em veículos Volkswagen Gol, Voyage, Saveiro, Fox, CrossFox e SpaceFox, modelos de 2008 a 2017.

**Componente envolvido:** Airbag do motorista e/ou airbag do passageiro.

**Razões técnicas:** Foi constatado que a vedação do gerador de gás pode permitir a entrada de umidade na câmera do propelente, provocando sua degradação acelerada. Isto associado à exposição dos veículos por longos períodos a altas temperaturas, grandes amplitudes térmicas e alta umidade relativa do ar pode levar ao rompimento do gerador de gás no caso de deflagração do airbag do motorista e/ou do airbag do passageiro em um acidente.

**Risco:** Em caso de rompimento do gerador de gás do airbag do motorista e/ou do airbag do passageiro, fragmentos metálicos podem ser projetados no interior do veículo, gerando risco de danos físicos ou fatais aos seus ocupantes.

**Solução:** Para o airbag do passageiro, a solução definitiva tem previsão de início em outubro de 2023, e serão realizados anúncios aos proprietários dos veículos envolvidos para a inspeção e, se necessário, a substituição do gerador de gás do airbag do passageiro.

Para o airbag do motorista, a solução definitiva tem previsão de início em abril de 2024, e serão realizados anúncios para a inspeção e, se necessário, a substituição do airbag do motorista.

**Para verificar se seu veículo está afetado nesta ação ou para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone 0800 019 8866 ou acesse o site WWW.VW.COM.BR**



Volkswagen do Brasil



República Federativa do Brasil  
REGISTRO DE IMÓVEIS da 9ª CIRCUNSCRIÇÃO  
ESTADO DO PARANÁ – COMARCA DE CURITIBA  
Rua Voluntários da Pátria, 475 – Fone: 3233-6168  
Ed ASA 5º Andar – Sala 505-A

#### EDITAL

Dr. Astrogildo Gobbo, Oficial Titular do Nono Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba-PR, a pedido do(a) VIRTUS EMPRESA SIMPLES DE CREDITO LTDA, credor(a) da Escritura Pública de Mútuo Oneroso (empréstimo) e Pacto Adjeto de Constituição e Atenção da Propriedade Fiduciária, lavradas as folhas 264/278, do livro 993-N, firmado nesta cidade de Curitiba-PR, em data de 03/02/2020 pelo Serviço Distrital do São Casimiro do Taboão, desta cidade, **registro sob nº 11 e averbação nº 12, na matrícula nº 4.383**, desta Secretaria Registral, INTIMA, RAMON THEODORO KRUK, inscrito no CPF/MF, nº091.974.729-99, na qualidade de sócio da devedora Fiduciária Bruno Santos & Centro Esportivo e Lanches LTD, para que no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data da última publicação do presente edital, compareça na sede do 9º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, com endereço na Rua Voluntários da Pátria nº 475, Conj. 505-A, Edifício Asa, Bairro Centro, Curitiba-PR, ou diretamente perante ao credor(a) fiduciário(a), para efetuar o pagamento relativo as parcelas em atraso vencidas em datas de 07/12/2021 a 21/01/2023, sendo que o valor total devido, atualizado até a data de 22/01/2023, corresponde a R\$ 254.798,90, o qual está sujeito à atualização monetária e juros de mora até a data do efetivo pagamento, além das parcelas, despesas de cobrança e demais encargos que recaírem no período acima mencionado. O presente edital é publicado em atendimento ao contido no § 4º do Art. 26 da Lei Federal 9.514 de 20/11/1997 e será publicado três dias consecutivos, sendo que após a última publicação e transcorrido o prazo acima, e não tendo o intimado efetuado o pagamento do saldo devedor, será promovido o registro da consolidação da propriedade e a consequente transferência do domínio em nome do(a) citado(a) credor(a), a requerimento da(o) mesma(o), conforme previsão no §7º do Artigo 26 da Lei Federal nº 9.514 de 20/11/1997.

Curitiba, 24 de Abril de 2023.

Arquivo Assinado Digitalmente  
ASTROGILDO GOBO  
CPF: 00230790968 e 24/04/2023 14:32:54

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

(41) 3321-8531

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRIBUNA**

derados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Rodrigo de Camargo

Auditores Independentes Ltda. Contador CRC 1SP219767/O-1

CRC 2SP000160/O-5

### Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/ME nº 09.313.969/0001-97 – NIRE 41.300.308.730 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 13h30 horas, na sede social da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia”) localizada no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condôminio Portal do Porto, Bairro Roseira. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia”), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reelegger para o cargo de (i) Diretor Executivo de Operações, o Sr. Andre Giovina Bianchi, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) Diretor de Operações, o Sr. Antonio Cesar Ribas Sass, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PRI), inscrito no CPF/ME sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condôminio Portal do Porto, Bairro Roseira; (iii) Diretor de Assuntos Regulatórios, a Sra. Giann Luza Zimmer Freitas, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (iv) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a Sra. Simone Aparecida Borsato, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 20.218.403-1, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.031.948/79, residente e domiciliada no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (v) Diretor de Manutenção, o Sr. Luiz Marcelo de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade CREA/PE nº 36051, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.868.284-94, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declararam, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornam inelegíveis para o cargo de administração da companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. 5.2. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023**

### Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/ME nº 09.325.109/0001-73 – NIRE 41.300.074.623 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 14:00 horas, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná, na Praça de Pedágio BR 116, km 204, s/n, térreo da Praça de Pedágio, Bairro Roseira, CEP 83880-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia”), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reelegger para o cargo de (i) Diretor Executivo de Operações, o Sr. Andre Giovina Bianchi, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) Diretor de Operações, o Sr. Antonio Cesar Ribas Sass, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PRI), inscrito no CPF/ME sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condôminio Portal do Porto, Bairro Roseira; (iii) Diretor de Assuntos Regulatórios, a Sra. Giann Luza Zimmer Freitas, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3, inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declararam, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornam inelegíveis para o cargo de administração da companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação

## JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - CNPJ nº 77.591.402/0001-32

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/jota-ele-construcoes-civis-sa/

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022 Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021							DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022 Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021							
ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLOADORA		CONSOLIDADO			CONTROLOADORA		CONSOLIDADO		2022	2021	2022	2021
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021				
ATIVO CIRCULANTE		837.336.289,84	842.132.134,93	1.309.138.033,14	743.235.889,71	RECEITAS OPERACIONAIS	467.062.432,49	391.091.675,03	582.006.802,46	494.155.634,19				
DISPONIBILIDADES CAIXA		7.746.756,88	13.301.455,86	26.992.684,97	25.108.894,77	RECEITAS DE VENDAS	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74				
BANCOS CONTA MOVIMENTO		2.355.092,05	950.325,04	11.625.121,62	8.705.777,90	RECEITA VENDA DE IMÓVEIS	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		162.794,62	6.119.425,76	3.374.636,61	7.405.544,93	RECEITA DE ALUGUEL	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64				
CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO PROMITENTES COMP. DE IMÓVEIS		5.228.870,21	6.231.705,06	11.992.926,74	8.997.571,94	RECEITA DE ALUGUEIS	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64				
FATURAS A RECEBER ADIANTAMENTO A FORNECEDOR		540.563.720,82	555.630.108,65	914.925.343,18	415.755.053,66	RECEITA DE SERVIÇOS	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81				
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS		87.987.776,33	65.902.710,56	447.641.911,03	225.953.105,76	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81				
IMPOSTOS A RECUPERAR		102.033.631,35	100.400.044,76	105.122.168,68	103.776.663,76	(-) DEDUÇÕES	(26.358.988,16)	(21.383.471,65)	(32.432.484,37)	(29.434.050,02)				
CRÉDITOS DIVERSOS		418.938,29	375.366,61	612.223,08	454.138,39	IMPOSTOS S/ RECEITA BRUTA	(26.358.988,16)	(21.383.471,65)	(32.432.484,37)	(29.434.050,02)				
CONSORCIO EM ANDAMENTO	Nota 4	14.250.275,61	15.542.943,55	14.332.592,89	15.766.419,90	DISTRATOS	(2.161.137,96)	(1.045.544,90)	(4.254.458,90)	(4.586.811,26)				
ESTOQUES TERRENOS E IMÓVEIS A COMERCIALIZAR		334.626.887,61	372.696.784,71	345.950.449,72	69.092.467,39	IMPOSTOS S/ RECEITA	(24.197.850,20)	(20.337.926,75)	(28.178.025,47)	(24.847.238,76)				
IMÓVEIS USADOS		1.246.211,63	712.258,46	1.246.211,63	712.258,46	CUSTOS	(351.667.373,63)	(308.489.335,28)	(395.903.551,68)	(353.638.079,57)				
ADQUIRIDOS TERCEIROS		10.810.362,55	11.415.441,63	17.965.858,90	18.590.511,21	CUSTO DE VENDAS	(17.942.834,15)	(28.067.623,45)	(51.248.524,12)	(59.594.228,36)				
IMÓVEIS CONCLUÍDOS		424.396,57	1.020.724,78	11.783.704,13	13.683.720,62	CUSTOS DE SERVIÇOS	(331.236.322,32)	(276.620.915,03)	(334.988.865,25)	(287.416.087,08)				
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO		14.198.869,44	10.680.876,64	109.439.177,95	63.390.368,12	DESPESAS COM VENDAS	(2.488.217,16)	(3.800.796,80)	(9.666.162,31)	(6.627.764,13)				
LOTEAMENTOS - CONCLUÍDOS		1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44	COMISSÕES	(2.488.217,16)	(3.800.796,80)	(9.666.162,31)	(6.627.764,13)				
DESPESAS APROPRIADAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		1.477.963,60	2.301.318,88	1.832.554,10	2.309.206,22	DESPESAS OPERACIONAIS	(66.262.626,91)	(25.957.312,89)	(86.404.967,29)	(42.398.742,32)				
DESPESAS APROPRIADAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		1.477.963,60	2.301.318,88	1.832.554,10	2.309.206,22	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(48.305.901,03)	(38.836.190,00)	(67.560.327,19)	(54.370.075,33)				
NÃO CIRCULANTE		93.502.146,68	94.195.618,80	35.409.592,97	43.046.211,72	DESPESAS GERAIS	(24.947.048,07)	(20.243.844,22)	(37.122.856,01)	(29.259.063,28)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 5	93.258.202,90	93.132.095,38	35.048.617,49	41.962.688,30	DESPESAS C/PESSOAL	(22.464.828,57)	(15.652.542,11)	(28.735.920,96)	(21.810.117,96)				
ADIANTAMENTO P/ AUMENTO DE CAPITAL	Nota 6	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(894.024,39)	(2.939.803,67)	(1.701.550,22)	(3.300.894,09)				
OUTROS DÉBITOS		92.913.763,19	92.787.655,67	34.704.177,78	41.618.248,59	DESPESAS TRIBUTÁRIAS DIFERIDAS	-	-	-	-				
DEPÓSITOS E CAUÇÕES DEPÓSITOS E CAUÇÕES		243.943,78	1.063.523,42	360.975,48	1.083.523,42	OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	39.386.497,40	40.475.481,34	39.150.048,79	40.456.271,18				
INVESTIMENTO		254.579.688,50	213.492.385,50	298.333.277,00	266.482.582,64	PERDAS NO RETORNO DE IMÓVEIS	-	-	(126.304,89)	(151.522,42)				
INVESTIMENTO AÇÕES QUOTAS DE CAPITAL QUOTAS DE CONSÓRCIO		180.781.124,65	144.714.342,96	132.367.509,62	110.390.812,71	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	39.386.497,40	40.475.481,34	39.276.353,68	40.607.793,60				
IMOBILIZADO IMÓVEIS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE OBRAS		325.966,29	280.275,09	325.966,29	280.275,09	DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	286.482,79	(149.604,89)	218.317,64	(146.112,92)				
VEÍCULOS		180.455.158,36	144.434.067,87	132.041.543,33	109.618.559,87	DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	286.482,79	(149.604,89)	218.317,64	(146.112,92)				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		37.470.051,42	29.183.571,42	38.831.259,65	30.809.927,82	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	8.122.433,10	520.050,05	8.420.179,48	(596.990,75)				
TELEFONE		25.489.888,43	27.752.926,69	25.609.038,43	27.780.576,69	DESPESAS OPERACIONAIS	(470.066,90)	(723.549,70)	(3.370.317,25)	(3.815.239,42)				
SEDE ADMINISTRATIVA		177.594,96	388.278,35	2.833.068,42	2.413.890,58	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(470.066,90)	(723.549,70)	(3.370.317,25)	(3.815.239,42)				
EQUIPAMENTOS C.P.D.		25.258.114,61	25.258.114,61	25.258.114,61	25.258.114,61	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	8.592.500,00	1.243.599,75	11.790.496,73	3.218.248,67				
PROGRAMAS DE COMPUTADOR		792.119,43	1.217.191,13	825.552,44	1.354.750,19	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	8.592.500,00	1.243.599,75	11.790.496,73	3.218.248,67				
DEPRECIAÇÃO		(16.127.539,52)	(15.974.137,86)	(23.885.832,46)	(22.060.457,50)	PROVISÕES	-	-	(3.118.216,07)	(3.247.210,19)				
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		419.307,94	633.071,62	690.174,15	654.755,05	PROVISÕES P/ IMPOSTOS	-	-	(3.118.216,07)	(3.247.210,19)				
INTANGIVEL DIREITOS, MARCAS e PATENTES		1.071.723,22	1.071.723,22	1.369.169,16	1.116.378,38	PROVISÕES P/ IMPOSTOS	-	-	(3.118.216,					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2022				
	Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>1. RECEITAS</b>	<b>782.028.255,17</b>	<b>691.737.365,82</b>	<b>625.540.889,47</b>	<b>534.014.914,62</b>
1.1 Receita de Vendas	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74
1.2 Receita de Aluguéis	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64
1.3 Receita de Serviços	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81
1.4 Receita Não Operacional	317.126.960,64	301.691.235,69	47.788.545,91	39.859.280,43
1.5 Deduções	(2.161.137,96)	(1.045.544,90)	(4.254.458,90)	-
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(531.250.245,95)</b>	<b>(493.418.219,56)</b>	<b>(429.739.881,94)</b>	<b>(314.065.016,15)</b>
2.1 Custos de Vendas	(10.692.814,56)	(8.768.079,24)	(9.666.162,31)	(6.560.361,33)
2.2 Custos de Obras	(150.835.373,84)	(177.911.372,66)	(51.248.524,12)	(6.627.764,13)
2.3 Custos de Serviços	(331.236.322,32)	(279.898.634,30)	(334.988.865,25)	(287.416.087,08)
2.4 Custos Administrativo	(18.867.959,55)	(11.107.507,07)	-	-
2.5 Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais	(19.617.775,68)	(15.732.626,29)	(33.836.330,26)	(13.460.803,61)
<b>3. RETENÇÕES</b>	<b>(5.329.272,39)</b>	<b>(4.675.512,22)</b>	<b>(3.286.525,75)</b>	<b>(5.109.883,31)</b>
3.1 Depreciação e Amortização	(5.329.272,39)	(4.675.512,22)	(3.286.525,75)	(5.109.883,31)
<b>4. VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO P/ ENTIDADE</b>	<b>245.448.736,83</b>	<b>193.643.634,04</b>	<b>192.514.481,78</b>	<b>214.840.015,16</b>
5.1 Receitas Financeiras	2.364.657,00	204.479,19	3.804.856,80	1.139.087,95
<b>5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.364.657,00</b>	<b>204.479,19</b>	<b>3.804.856,80</b>	<b>1.503.381,43</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>247.813.393,83</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>196.319.338,58</b>	<b>216.343.396,59</b>
<b>7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>247.813.393,83</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>196.319.338,58</b>	<b>216.343.396,59</b>
7.1 Pessoal e Encargos	131.831.279,28	107.137.299,02	28.735.920,96	81.199.744,18
7.2 Impostos, Taxas e Contribuições	25.091.874,59	23.277.730,42	32.997.791,76	40.460.884,39
7.3 Despesas Financeiras e Aluguéis	59.994.363,07	27.651.478,53	62.017.863,33	29.842.206,68
7.4 Lucro ou Prejuízo do Exercício	30.895.876,89	35.781.605,26	72.567.762,53	64.840.561,34

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2022  
Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021

DMPL	Capital Social		Reservas de Capital			Total
	Integralizado	(-) A Integralizar	Lucros Acumulados	Reserva Correção	Ajuste Avaliação Patrimonial	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>91.282.446,87</b>	<b>(367.643,31)</b>	<b>198.136.040,95</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>135.962.726,79</b>	<b>427.360.395,20</b>
Integralização de Capital	226.770,00	16.300,00				243.070,00
Baixa de Aj. Aval. Patrimonial			(31.299,99)			(31.299,99)
Distribuição de Lucros			(13.258.684,53)		(1.097.200,35)	(14.355.884,88)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(8.536.655,93)			(8.536.655,93)
Lucro Líquido do Exercício			64.840.561,34			64.840.561,34
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>91.509.216,87</b>	<b>(351.343,31)</b>	<b>241.149.961,84</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>134.865.526,44</b>	<b>469.520.185,74</b>
Integralização de Capital	7.976.319,74	(9.059.511,31)				(1.083.191,57)
Baixa de Aj. Aval. Patrimonial			(2.904.045,88)		(1.204.993,45)	(4.109.039,33)
Distribuição de Lucros			(8.600.566,90)			(8.600.566,90)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(28.101.901,00)			(28.101.901,00)
Lucro Líquido do Exercício			72.567.762,53			72.567.762,53
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>99.485.536,61</b>	<b>(9.410.854,62)</b>	<b>274.111.210,59</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>133.660.532,99</b>	<b>500.193.249,47</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

## NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Em 01 de março de 2013 a Administração da controladora realizou Assembleia visando a Constituição de Sociedade Anônima por transformação de Sociedade Limitada. A ata correspondente foi registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41300086865 em 22/03/2013.

A partir de então passou a usar o nome comercial de **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A**.

## CONTEXTO OPERACIONAL

A **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A** é uma Companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.591.402/0001-32, com sede em Curitiba (PR), na Rua Coronel Pedro Scherer Sobrinho , nº 222, bairro Cristo Rei – CEP 80.050-470.

A **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A** tem por objeto social a atividade da construção civil, serviços de engenharia civil, elétrica, e mecânica, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção, compra e venda de imóveis, administração e locação de bens de terceiros e shopping centers, importação e exportação, em conformidade com as disposições estatutárias em seu artigo terceiro.

## DA CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo de agregar saldos de contas e/ou de grupos de contas de mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil e de segregar as participações de não-controladoras. (CPC 36)

## NOTA 2 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

## 3.1 Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.

b) O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.

c) A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.

d) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados.

e) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuída a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

f) A avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (deemed cost) e a respectiva revisão da vida útil.

3.2 Bases de Consolidação e Investimentos em Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

· tem poder sobre a investida.

· está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento

com a investida.

· tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos do controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

· a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

· direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.

· direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

· quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis áquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

## 3.3 Participações Relevantes em Controladas

As informações relativas às empresas nas quais o Grupo possui participações controladoras materiais estão apresentadas a seguir:

Empresa	CNPJ	%
</tbl

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
GTX Com Loc M.Equipos Ltda	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71
Soma	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71

**NOTA 6 – OUTROS DÉBITOS (ATIVO NÃO CIRCULANTE)**

Corresponde a Aportes Financeiros entre Controladora / Controladas para suporte de obra

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
AP - EDIFÍCIO ELEGANCE	6.941.239,61	-	7.129.542,98	-
AP - API SPE08 PLANEJ.DES. IMOB LTDA	-	5.450.728,01	-	5.450.728,01
AP - CONSÓRCIO SIAL	91.571,81	91.571,81	18.580,09	18.580,09
AP - EDIFÍCIO CONTEMPO-RANEAU	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65
AP - SPLENDORE EMPR. IMOB	3.357.996,05	-	4.262.550,36	139.000,00
AP - INFINITY CONTEMPO-RANEAU	834.734,96	-	797.534,96	-
AP - GAMA EMPR. HOTELEIROS	18.175.069,96	9.476.864,51	26.482.920,69	9.282.176,54
AP- GENERATION INCORPORAÇÃO	480.635,99	-	353.135,99	-
AP - ABSOLUTÉ TOCCATA	9.680.954,30	-	2.676.112,07	-
AP-FRONTIERE EMPREEN-DIMENTO	-	-	-	687.828,96
AP - EDIFÍCIO PRIVILEGE	13.675.708,47	-	14.127.056,72	-
AP - JL FELIX ENGENHARIA	66.632,57	66.632,57	66.632,57	66.632,57
AP - GE01 EMPR. E INC SPE LTDA	21.989.851,77	-	11.250.286,82	-
AP - OCEAN TOWER	-	-	426.267,71	426.267,71
AP - JL STEIN-GE	6.194.165,02	6.194.165,02	6.913.666,29	6.913.666,29
AP - MADEZAN-TERRAZZO	-	4.027.739,03	9.914.177,55	9.914.177,55
AP - JOTA ELE 01 - SUNSET	-	-	-	-
AP - REVIVAL PLANEJ DE-SENV LTDA	-	-	-	-
AP - RUDBECKIA	-	-	247.389,92	247.389,92
AP - JOTA ELE MARINAS SPE S/A	1.707.000,00	8.086,45	383.000,00	383.000,00
AP - JOTA ELE 02	5.479,51	-	2.479,51	2.479,51
AP - JOTA ELE 03	5.500,00	-	3.000,00	3.000,00
AP - JOTA ELE 04	208.000,00	-	206.000,00	206.000,00
AP - JOTA ELE 05	-	-	163.000,00	163.000,00
AP - JOTA ELE 06	-	-	92.000,00	92.000,00
AP - JOTA ELE 07	-	-	-	-
AP - JOTA ELE 08	62.000,00	-	116.132,79	116.132,79
AP - JL HANEI 01	116.132,79	-	350.000,00	700.000,00
LGF INCORPORADORA	2.252.201,73	2.252.201,73	3.000.000,00	3.000.000,00
JOTA ELE IMOBILIÁRIA ADM LTDA	262.700,00	330.000,00	-	-

EXXA CONS-TRUTORA LTDA	3.000.000,00	3.000.000,00		
Soma	92.913.763,19	34.704.177,78	92.787.655,67	41.618.248,59

**NOTA 07 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (PASSIVO CIRCULANTE)**

Corresponde aos valores a receber das vendas de incorporação:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
ADIANTA-MENTOS DE CLIENTES	8.607.269,62	8.607.269,62	2.563.856,58	2.563.856,58

DÉBITOS POR VENDAS CAN-CELADAS	63.250,00	63.250,00	21.992,44	21.992,44
--------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------

EDIFÍCIO HERITAGE	19.484.083,12	19.484.083,12	16.655.947,63	16.655.947,63
-------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

EDIFÍCIO LE-GACY	57.593.924,75	57.593.924,75	42.067.529,32	42.067.529,32
------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

FELIX ADM BENS		7.220,00		
----------------	--	----------	--	--

ABSOLUTE TOCCATA		137.858,88		27.302.221,04
------------------	--	------------	--	---------------

GE01 Empreend. Inc.SPE Ltda		22.694.266,60		81.099.088,87
-----------------------------	--	---------------	--	---------------

JOTA ELE 01 - Sunset Home		85.683.412,88		
---------------------------	--	---------------	--	--

REVIVAL - ED. URBAN		12.079.267,99		15.489.877,12
---------------------	--	---------------	--	---------------

JOTA ELE 07- Colinas		310.000,22		
----------------------	--	------------	--	--

JOTA ELE 05 - Llegat		34.298.770,72		2.191.698,61
----------------------	--	---------------	--	--------------

JOTA ELE 06 - Highline		46.508.571,40		307.462,17
------------------------	--	---------------	--	------------

HONFLEUR LA MAISON		120.454.331,79		
--------------------	--	----------------	--	--

MADEZAN - Terrazzo		31.031.364,03		
--------------------	--	---------------	--	--

<b>Soma</b>	<b>85.748.527,49</b>	<b>438.953.592,00</b>	<b>61.309.325,97</b>	<b>187.699.673,78</b>
-------------	----------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------

**NOTA 08 – OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO CIRCULANTE)**

Corresponde a aportes financeiros entre Controladora / Controladas para suporte dos custos de obra:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
OBRIGAÇÕES PARA COMPRA DE IMÓVEIS	23.883.531,95	24.383.531,95	10.098.113,03	10.598.113,03
DAP - REVIVAL PLANEJ. E DESENV	6.092.722,02	-	8.314.502,67	-
DAP - FRONTIERE EMPRE- END.	3.135.007,88	-	687.828,96	687.828,96
DAP - API SPE 08 PLANEJ. DE- SENV.EMPR. Imob	10.732.306,95	-	11.704.206,95	-
DAP - CON-SÓRCIO VITÓRIA	286.977,51	286.977		

# COPAGRI - COMERCIAL PARANAENSE AGRÍCOLA S.A.

Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto  
Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Passivo e patrimônio líquido								Controladora				Consolidado			
	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>									
Disponível	4	64.078	19.699	Fornecedores	14	156.806	102.714	167.679	102.715	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Contas a receber	5	47.762	44.468	Empréstimos e financiamentos	15	348.201	161.604	348.201	161.604							
Instrumentos financeiros derivativos	6	112.113	12.145	Adiantamento de Clientes	34.141	12.620	34.142	12.620								
Estoques	7	204.412	165.511	Obrigações sociais e fiscais	1.792	306	1.792	306								
Adiantamentos a fornecedor		38.664	19.362	Impostos e contribuições a recolher	16	4.811	20.469	4.811	20.469							
Impostos a recuperar	8	152.828	83.725	Partes relacionadas	2.322	-	-	-								
Partes relacionadas	9	25.435	9.833	Obrigações com terceiros	159	-	159	159								
Despesas antecipadas		8.710	787		548.232	297.713	556.784	297.714								
		<b>654.002</b>	<b>355.530</b>													
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>									
Impostos a recuperar	8	1.540	-	Empéstitos e financiamentos	15	139.732	10.415	139.732	10.415							
Creditos a receber	10	113.211	-		139.732	10.415	139.732	10.415								
Titulos e valores mobiliários	11	2.473	1.873													
Investimentos	12	6.432	61													
Imobilizado	13	2.833	19.102													
Intangível	13	513	8													
		<b>127.002</b>	<b>21.044</b>													
<b>Total do ativo</b>		<b>781.004</b>	<b>376.574</b>													
		<b>789.556</b>	<b>376.572</b>													

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	2.224.096	1.075.045	2.597.278
Custo das vendas	19	(2.111.484)	(989.616)	(2.478.302)
<b>Lucro bruto</b>		<b>112.612</b>	<b>85.429</b>	<b>118.976</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(33.135)	(12.513)	(33.163)
Outras receitas/ despesas operacionais, líquidas	20	153	153	153
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>79.630</b>	<b>72.916</b>	<b>85.966</b>
Receitas Financeiras	21	91.856	28.505	91.879
Despesas Financeiras	21	(153.448)	(38.749)	(153.466)
<b>Receitas/(despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(61.592)</b>	<b>(10.244)</b>	<b>(61.587)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	6.342	(47)	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>24.380</b>	<b>62.625</b>	<b>24.379</b>
Imposto de renda e contribuição social	22	215	(388)	215
<b>Resultado do exercício</b>		<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>
				<b>62.238</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
	700	10.872	-	-	31	11.603
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior	-	-	-	-	1	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	62.238	-	<b>62.238</b>
Aumento do Capital Social	4.300	-	-	(4.300)	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(5.396)	-	<b>(5.396)</b>
Reserva de incentivos fiscais	-	-	56.185	(56.185)	-	-
Absorção de prejuízos com reserva de lucro	-	(3.643)	-	3.643	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.000</b>	<b>7.229</b>	<b>56.185</b>	-	<b>32</b>	<b>68.445</b>
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	24.595	-	-	<b>24.595</b>
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.229)	7.229	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.000</b>	<b>-</b>	<b>88.009</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>93.040</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A.  
Curtiba- PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis.</

## Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Balanços patrimoniais  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Para versão digital deste balanço acesse o link:  
<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/sociedade-radio-emissora-paranaense-s-a/>

Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.677	15.605	Fornecedores	16	5.422	4.740
Aplicações Financeiras	9	1.060	-	Arrendamento	17	3.019	3.114
Contas a receber de clientes	10	23.111	28.094	Obrigações sociais e trabalhistas	18	14.748	14.722
Despesas antecipadas		615	461	Obrigações tributárias	19	3.280	5.953
Tributos a recuperar	11	1.927	98	Comissões e bonificações		1.723	1.878
Outras contas a receber	12	3.040	3.580	Outras contas a pagar	20	333	436
<b>Total ativo circulante</b>		<b>36.430</b>	<b>47.838</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>28.526</b>	<b>30.843</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Tributos a recuperar	11	18	18	Arrendamento	17	24.060	23.015
Depósitos judiciais	21	1.317	1.162	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.034	2.631
Ativo fiscal diferido	22.a	11.704	4.840	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>26.094</b>	<b>25.647</b>
Outras contas a receber	12	1.878	3.763	<b>Patrimônio líquido</b>			
Direito de uso	13	24.189	24.049	Capital social	23	16.696	16.696
Imobilizado	14	22.340	19.844	Reserva de capital		8.792	8.792
Intangível	15	2.386	2.304	Reservas de lucros		20.156	21.842
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>63.832</b>	<b>55.981</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>45.643</b>	<b>47.329</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>100.263</b>	<b>103.819</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>100.263</b>	<b>103.819</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>16.696</b>	<b>8.792</b>	<b>3.339</b>	<b>542</b>	<b>34.302</b>	<b>-</b>	<b>63.671</b>
Dividendos 2020 aprovados - AGO 49º	-	-	-	(542)	(34.302)	-	(34.844)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.712	41.712
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.428)	(10.428)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(12.781)	(12.781)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	18.502	(18.502)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16.696</b>	<b>8.792</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>18.502</b>	<b>-</b>	<b>47.329</b>
Dividendos 2021 aprovados - AGO 50º	-	-	-	-	(18.502)	-	(18.502)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.814	68.814
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.203)	(17.203)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(34.795)	(34.795)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	16.816	(16.816)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16.696</b>	<b>8.792</b>	<b>3.339</b>	<b>-</b>	<b>16.816</b>	<b>-</b>	<b>45.643</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24</b>	<b>215.967</b>	<b>218.285</b>
Custo dos serviços prestados	25	(86.330)	(89.755)
<b>Lucro bruto</b>		<b>129.637</b>	<b>128.530</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	25	(38.519)	(37.743)
Despesas gerais e administrativas	25	(23.810)	(23.411)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(72)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	376	(1.142)
		(62.025)	(62.311)
<b>Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>		<b>67.612</b>	<b>66.219</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	27.a	5.007	2.233
Despesas financeiras	27.b	(4.577)	(3.814)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>430</b>	<b>(1.581)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>68.042</b>	<b>64.638</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.b	(6.092)	(23.799)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	6.864	872
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>68.814</b>	<b>41.712</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

#### Aos Acionistas da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

##### Curitiba – Paraná

Opinião  
Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omission ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC PR-007945/F-7

Marcos De Antoni Tosiin

Contador CRC PR - 064845/O-1

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.

A Companhia atua integralmente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Est

A companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 22 dias. (20 dias em 2021)

#### 6.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

#### 6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

#### (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### 6.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2022	2021
Edificações	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	7	7

#### 6.5 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens do ativo intangível, principalmente, softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### 6.6 Instrumentos financeiros

##### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos da transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido nesse modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se

qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

##### Ativos financeiros- avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que representa o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justa do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

##### Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

###### Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### (iii) Desreconhecimento

###### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

###### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

##### (iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### 6.7 Redução ao valor recuperável (Impairment)

###### Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (cobrança interna, Serasa, Assessoria terceirizada e comitê jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação, os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

- Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido.

- Valores acima de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

##### Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito

Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.). Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de Agosto de 2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aos cessionários estabelece todos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV). Em 2022 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a terceira parcela no valor de R\$ 2.241, onde incorreram juros no valor de R\$ 319. Em 2021 aconteceu o pagamento da primeira parcela no valor R\$2.181 e juros de R\$320.

(b) Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação.

#### 13 Direito de uso de ativos

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
<b>Direito de uso</b>					
Em 1º de janeiro 2022	2.646	20.611	643	149	24.049
Atualizações de contratos	188	3.558	-	-	3.746
Novos	763	314	-	-	1.077
Baixas	(499)	-	(9)	-	(508)
Depreciação	(417)	(3.255)	(453)	(50)	(4.175)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.681</b>	<b>21.228</b>	<b>181</b>	<b>99</b>	<b>24.189</b>

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
<b>Direito de uso</b>					
Em 1º de janeiro 2021	1.319	19.298	1.197	186	22.000
Atualizações de contratos	2.314	3.941	-	11	6.265
Baixas	(1)	-	(107)	-	(108)
Depreciação	(986)	(2.628)	(447)	(47)	(4.108)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.646</b>	<b>20.611</b>	<b>643</b>	<b>149</b>	<b>24.049</b>

#### 14 Imobilizado

##### Composição do saldo contábil

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		Líquido	
Edifícios	836	(401)	435	467		
Instalações	8.270	(6.832)	1.438	2.069		
Móveis	1.870	(1.504)	366	289		
Equipamentos telecom	74.985	(62.111)	12.874	11.451		
Máquinas e equipamentos	4.252	(3.117)	1.135	1.322		
Equipamentos de informática	14.499	(11.174)	3.325	1.513		
Imobilizado em curso	1.862	-	1.862	2.018		
Outros	2.521	(1.616)	905	715		
<b>Total</b>	<b>109.095</b>	<b>(86.755)</b>	<b>22.340</b>	<b>19.844</b>		

#### Conciliação do saldo contábil

	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	698	2.752	353	10.123	1.313	1.366	857	515	17.977
Adições	1	57	32	4.314	282	861	1.338	987	7.872
Baixas	(328)	(2)	(5)	(629)	(6)	(371)	(177)	(737)	(2.256)
Depreciação	(39)	(738)	(95)	(2.625)	(269)	(595)	-	(66)	(4.426)
Baixas de depreciação	135	-	4	268	2	252	-	16	677
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>467</b>	<b>2.069</b>	<b>289</b>	<b>11.451</b>	<b>1.322</b>	<b>1.513</b>	<b>2.018</b>	<b>715</b>	<b>19.844</b>
Adições	2	54	171	5.189	87	2.476	1.318	651	9.948
Baixas	-	-	(15)	(1.943)	(297)	(384)	(1.474)	(330)	(4.443)
Depreciação	(34)	(685)	(82)	(3.214)	(274)	(573)	-	(457)	(5.319)
Baixas de depreciação	-	-	3	1.391	297	293	-	326	2.310
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>435</b>	<b>1.438</b>	<b>366</b>	<b>12.874</b>	<b>1.135</b>	<b>3.325</b>	<b>1.862</b>	<b>905</b>	<b>22.340</b>

#### Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

#### Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

#### Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

#### 15 Intangível

##### Composição do saldo contábil

	2022			2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido		Líquido	
Softwares	24.972	(22.816)	2.156	2.008		
Marcas e Patentes	146	-	146	146		
Intangível em Curso	84	-	84	150		
<b>Total</b>	<b>25.202</b>	<b>(22.816)</b>	<b>2.386</b>	<b>2.304</b>		

#### Conciliação do saldo contábil

##### Softwares

##### Marcas e patentes

##### Intangível em curso

##### Total

#### 16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$5.422 (R\$4.740 em 2021) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

#### 17 Arrendamento

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

#### Vigência (anos)

5 0,85%

10 0,88%

15 0,93%

20 0,95%

#### Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2022

Novos contratos

Baixas

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

**Em 31 de dezembro de 2022**

Circulante

Não circulante

#### Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2021

Atualizações de contratos

Baixas

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

**Em 31 de dezembro de 2021**

Circulante

Não circulante

#### 18 Obrigações sociais e trabalhistas

##### Provisão para férias e encargos

##### Gratificações e PPR

##### Fator Acidentário de Prevenção – FAP

##### Outras obrigações sociais e trabalhistas

##### Total

#### 19 Obrigações tributárias

##### PIS e COFINS

Imposto de renda e contribuição social

Outros tributos a recolher

Total

	2022	2021
PIS	864	1.012
COFINS	863	

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2021 e 2022 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

**(ii) Retenção de lucros**

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2022 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 16.816, já em 2021 foi de R\$ 18.502.

**d. Dividendos**

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2022	2021
Dividendos propostos sobre o lucro de 2020 49º AGO	-	34.302
Dividendos propostos sobre a Reserva de lucros a realizar - 49º AGO	-	542
Dividendos a pagar - exercício 2020	3.947	
Dividendos propostos sobre o lucro de 2021 50º AGO	18.502	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.203	10.428
Dividendos complementares sobre lucro	34.795	12.781

Total de dividendos distribuídos	70.500	62.000
Total de dividendos pagos no ano	(70.500)	(62.000)

**24 Receita operacional líquida**

	2022	2021
Receita operacional bruta:		
Publicidade	219.552	222.618
Produção de comerciais	1.766	1.454
Geração digital	1.883	1.756
Outras vendas	5.470	5.248
	<u>228.671</u>	<u>231.076</u>
Deduções:		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(12.704)	(12.791)
	<u>(12.704)</u>	<u>(12.791)</u>
Receita operacional líquida	<u>215.967</u>	<u>218.285</u>

**25 Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e de vendas**

	2022	2021
Despesa de pessoal	(63.161)	(62.880)
Serviços prestados por terceiros	(39.359)	(44.916)
Comissões vendas	(18.046)	(19.219)
Depreciação e amortização	(5.989)	(5.811)
Depreciação CPC 06 (R2)	(4.175)	(4.108)
Propaganda e publicidade	(7.040)	(6.152)
Despesa com comunicação	(2.671)	(2.259)
Despesa com equipamentos de informática	(4.015)	(3.992)
Recuperação de gastos compartilhados (a)	8.694	8.685
Manutenção predial	(1.146)	(946)
Outras despesas	(11.751)	(9.310)
	<u>(148.659)</u>	<u>(150.908)</u>
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:		
Custos dos serviços prestados	(86.330)	(89.755)
Despesas com vendas	(38.519)	(37.742)
Despesas gerais e administrativas	(23.810)	(23.411)
	<u>(148.659)</u>	<u>(150.908)</u>

(a) (a) Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

**Risco de mercado**

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

**Risco de crédito**

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

**Menos de um ano** **Entre um e dois anos** **Acima de cinco anos** **Total**

**Em 31 de dezembro de 2022**

Fornecedores 5.422 - - - 5.422

Arrendamento 3.019 8.305 12.052 3.703 27.079

**Em 31 de dezembro de 2021**

Fornecedores 4.740 - - - 4.740

Arrendamento 3.114 7.016 9.950 6.049 26.129

**31 Compromissos**

A Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém

os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. Como parte

deste contrato, tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade

e transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística

e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a

veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas

condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos

de transmissão da programação em sua região de atuação.

Desse montante, em 2021 o caixa foi afetado em R\$ 2.181 referente ao recebimento da segunda parcela, já em 2022 o caixa foi afetado em R\$ 2.241 referente ao recebimento da terceira parcela.

**30 Instrumentos Financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efeta aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**31/12/2022**

**Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado** **Saldo contábil/valor justo**

Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.677	6.677
Aplicações financeiras	1.060	1.060
Contas a receber de clientes	23.111	23.111
Outras contas a receber	3.040	3.040
Depósitos Judiciais	1.317	1.317
Passivos		
Fornecedores	5.422	5.422
Outras contas a pagar	333	333
Arrendamento	27.079	27.079

**31/12/2021**

**Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado** **Saldo contábil/valor justo**

Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	8.747	15.605
Aplicações financeiras	6.858	6.858
Contas a receber de clientes	28.094	28.094
Outras contas a receber	3.580	3.580
Depósitos Judiciais	1.162	1.162
Passivos		
Fornecedores	4.740	4.740
Outras contas a pagar	436	436
Arrendamento	26.129	26.129

**Gerenciamento de riscos financeiros**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a)

risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de

taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

**Risco de mercado**

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto,

sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

**Risco de crédito**

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como

contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a

Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua

posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define

limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia

reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que

necessário.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez

e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os

compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de

fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir

da data de referência.

**Menos de um ano** **Entre um e dois anos** **Acima de cinco anos** **Total**

**Em 31 de dezembro de 2022**

Fornecedores 5.422 - - - 5.422

Arrendamento 3.019 8.305 12.052 3.703 27.079

**Em 31 de dezembro de 2021**

Fornecedores 4.740 - - - 4.740

Arrendamento 3.114 7.016 9.950 6.049 26.129

**31 Compromissos**

A Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém

os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. Como parte

deste contrato, tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade

</div

## FALECIMENTOS

**Kelly Mesquita Ribas**, 48 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

**Rosa Inês Condi Fosta**, 60 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

**Maria Aparecida do Rocio dos Anjos**, 54 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

**Márcia Valéria Rocha Siqueira Jansen**, 55 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

**Walfredo Schnepper**, 76 anos, sepultamento hoje, na Comuna Evangélica Luterana.

**Gleison Osmar Moraes**, 51 anos, sepultamento hoje, no Crematório Perpétuo Socorro (Campo Largo).

**Marinês do Rocio Ribas da Silva**, 54 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Pedro Fuss (S.J.Pinhais).

**Maria da Graça Carvalho da Silva**, 74 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Iguaçu.

**Marco José Torres**, 66 anos, sepultamento hoje.

**Dimitre Alexios Georgakopoulos**, 64 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

**Gilberto Massinha**, 63 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parorquial do Campo Comprido.

**Vanda Baddini de Azevedo**, 80 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

**Adélia Pinheiro Gonçalves**, 83 anos, sepultamento hoje.

**Moacir André Hallaminha**, 59 anos, sepultamento hoje, no Crematório Memorial da Vida (S.J.Pinhais).

**Fernando Cipriano de Oliveira**, 39 anos, sepultamento hoje.

**Mário João Mocellin**, 73 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parorquial de Santa Felicidade.

**Maria Zenir de Andrade**, 71 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Caminho do Céu (S.J.Pinhais).

**Márcia Luzia Silveira**, 49 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim Independência (Araucária).

**Marilda Schmitt Karpstein**, 68 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

**Dolores de Cristo Grubba**, 77 anos, sepultamento hoje.

**Neide Aparecida Benjamim**, 60 anos, sepultamento hoje.

**Janice Soares Ribeiro**, 66 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

# DEU RUIM!

Casal é preso suspeito de roubo à joalheria de shopping em Curitiba

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

**U**m casal de 24 e 25 anos foi preso em flagrante pela Polícia Civil na última quarta-feira suspeito de envolvimento no roubo à joalheria de um shopping em Curitiba. O crime aconteceu na terça-feira à noite. Os dois foram encontrados em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba.

De acordo com o delegado da Rodrigo Brown, os suspeitos utilizaram um veículo para

fugir do local do roubo e atearam fogo na sequência. Durante as investigações, os policiais civis identificaram outro carro utilizado no crime, abordando o casal em São José dos Pinhais.

“Ao ser abordado, o homem confirmou que estava em posse de droga e que o veículo foi emprestado para prática do roubo. Também realizamos diligências na residência e no estúdio de tatuagem da mulher, localizando



Arquivo

mais drogas no local”, complementa Brown.

Foram apreendidos 84 quilos de maconha, haxixe e um veículo. Os indivíduos foram autuados em flagrante por tráfico de drogas e serão indiciados por associação criminosa.

O homem, de 24 anos, possui passagens policiais por roubo e tráfico de drogas. A mulher não possui antecedentes. As investigações continuam a fim de localizar possíveis envolvidos no roubo e esclarecer os fatos.



## ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**MUNICÍPIO DE GUARATUBA**  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2023**  
**TIPO: MENOR PREÇO/POR LOTE**

**Objeto:** Aquisição de vestuários em geral, artigos de cama, mesa e banho e demais acessórios para atender as secretarias municipais

**O recebimento das propostas, documentos, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br**

**Término do Prazo para Envio da Proposta e Documentos de Habilitação:** 16 de maio de 2023 às 09:00 horas.

**Data da sessão:** 16 de maio de 2023 às 09:00 horas.

O Edital, seus anexos e possíveis alterações estão disponíveis no site oficial do Município de Guaratuba, na página [www.portal.guaratuba.pr.gov.br](http://www.portal.guaratuba.pr.gov.br).

**Formalização de Consultas:** E-mail: [licitacao@guaratuba.pr.gov.br](mailto:licitacao@guaratuba.pr.gov.br); telefone: (41) 3472-8576 WhatsApp/ 3472-8787. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guaratuba, 27 de abril 2023.

Cinthia Roberta Semeniuk Pedroso  
Pregoeira.

**Serviço Social do Comércio – Sesc Paraná**  
**Aviso de Licitação**  
**Pregão Eletrônico N.º 43/23**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS E SUPRIMENTOS POR CONTA DA CONTRATADA, PARA AS UNIDADES DO SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11 DE MAIO DE 2023. **HORÁRIO:** ÀS 10H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

**Pregão Eletrônico N.º 45/23**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRUTURAL, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GERADOR DE ENERGIA, SEGURANÇA DESARMADA E BANHEIRO QUÍMICO PARA O FESTIVAL SESC DE CULTURA POPULAR PARANAENSE; SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE VÍDEO, PAINEL DE LED E GERADOR DE ENERGIA PARA O FEMUCIC; MONTAGEM DE ESTRUTURAL, SONORIZAÇÃO, BANHEIRO QUÍMICO E GERADOR PARA O SESC DUATHLON; DO SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 16 DE MAIO DE 2023. **HORÁRIO:** ÀS 10H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

**Pregão Eletrônico N.º 47/23**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CORTINAS E ENXOVAL PARA O SESC CASCAVEL HOTEL FAZENDA E PARA O HOTEL SESC CAIOBÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 17 DE MAIO DE 2023. **HORÁRIO:** ÀS 10H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

**Pregão Eletrônico N.º 48/23**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DO SESC PARANÁ. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 18 DE MAIO DE 2023. **HORÁRIO:** ÀS 10H00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

Os Instrumentos Convocatórios e seus Anexos estão à disposição das empresas interessadas no site do SESC PARANÁ [www.sescspr.com.br/sesc-parana/licitacoes-e/](http://www.sescspr.com.br/sesc-parana/licitacoes-e/), e, também no site do Banco do Brasil [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Curitiba, 28 de abril de 2023. DARCI PIANA. Presidente do Conselho Regional.

**EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23064.016702/2023-61 - OBJETO: A LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO - UTFPR**

UTFPR – UASG: 154358 – PREGÃO 2/2023 - Objeto: A licitação na modalidade pregão tem por objeto a contratação de serviços de apoio administrativo, auxiliar de escritório, encarregado administrativo e auxiliar de almoxarifado e analista ambiental, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital, disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Abertura da Sessão 12/05/2023 às 09:00hr.

**SindSaúde**  
**Edital de convocação nº 02/2023**

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná – SINDSAÚDE-PR - no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca, as/los servidoras/es da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, filiadas/os ao SindSaúde-PR, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária do SindSaúde-PR. A assembleia se realizará no dia 06 de maio de 2023, às 08:00 horas em primeira convocação, e às 08:30 horas em segunda convocação, no auditório do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército de Curitiba, Rua Comendador Fontana, 57, Centro Cívico, Curitiba-PR, com discussão e aprovação acerca da seguinte ordem do dia: a) Aprovação do Regimento Interno da direção do SindSaúde; b) Definição do Plano de lutas para o ano de 2023; c) Aprovação de data para realização do 9º Congresso do SindSaúde e composição da Comissão Organizadora; d) Comissão de Aposentados; e) Da incorporação das/os trabalhadoras/es da FUNEAS à base do sindicato; f) Informes Gerais.

Curitiba, 27 de abril de 2023.

*[Assinatura]*  
Giordano Pedro de Oliveira  
Coordenador Geral do SindSaúde-PR

**EXTRAVIO**

Comunicamos que na data de 31/03/23, houve o extravio dos blocos de Recibo Provisório de Serviços - RPS nrs 12 e 13, dos nrs 2056 a 2150, da empresa Casa Bella Centro de Beleza Ltda - ME, CNPJ 26.401.375/0001-57, tornando-se cancelada essa numeração.

### Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF N.º 07.483.401.0001-99

#### Aviso aos Debenturistas.

A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) informa aos titulares das debêntures emitidas pela Companhia nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussionária, a ser convolada em com garantia real, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e do instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, que, a partir do ano de 2023, as publicações das suas demonstrações financeiras, exigidas pela Lei 6.404/76, serão veiculadas exclusivamente pelos Jornais Tribuna do Paraná e Diário Oficial Paraná, conforme previsão das referidas escrituras

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### CONSORCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO No. 11/2023 – Sistema de Registro de Preços – Aquisição de medicamentos com entregas parceladas.

Abertura: 12/05/2023 às 08:00h

VALOR MÁXIMO: R\$ 13.991.001,50

Autorização: Aquiles Takeda Filho – Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio. Data da Autorização: 25/04/2023

Edital na íntegra nos endereços eletrônicos [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.consortcioparanasaude.com.br](http://www.consortcioparanasaude.com.br)

Endereço eletrônico do local da disputa: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Informações: Rua Emiliano Perneta, 822 – conjunto 402 – Centro – Curitiba – Paraná. Fone: (41) 3324-8944.

Julio Cesar Woehl – Pregoeiro

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal Tribuna do Paraná